UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

INSTRUÇÃO DE PRIMEIRAS LETRAS NA PARAHYBA OITOCENTISTA: TRAJETÓRIA ESCOLAR DE UM PINTOR DE HISTÓRIA DO BRASIL

Wellington Oliveira de Sousa

João Pessoa – PB
Março de 2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

INSTRUÇÃO DE PRIMEIRAS LETRAS NA PARAHYBA OITOCENTISTA: TRAJETÓRIA ESCOLAR DE UM PINTOR DE HISTÓRIA DO BRASIL

Artigo apresentado ao Curso de Licenciatura Plena em História, do Centro de Ciência Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, em cumprimento às exigências da disciplina "Trabalho de Conclusão de Curso II", como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciado.

Autor: Wellington Oliveira de Sousa

Orientadora: Profª Dra. Carla Mary da Silva Oliveira

João Pessoa – PB
Março de 2015

WELLINGTON OLIVEIRA DE SOUSA

INSTRUÇÃO DE PRIMEIRAS LETRAS NA PARAHYBA OITOCENTISTA: TRAJETÓRIA ESCOLAR DE UM PINTOR DE HISTÓRIA DO BRASIL

Artigo aprovado em _____ / _____ / _____

Média Obtida: _____

Banca Examinadora

_____

Profª Dra. Carla Mary S. Oliveira
Departamento de História – Universidade Federal da Paraíba
(Orientadora - Membro da Banca Examinadora)

_____

Profª Dra. Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano
Departamento de História – Universidade Federal da Paraíba
(Membro da Banca Examinadora)

_____

Profª Dra. Monique Guimarães Cittadino
Departamento de História – Universidade Federal da Paraíba
(Docente da Disciplina "Trabalho de Conclusão de Curso II" – Membro da Banca Examinadora)

1. INTRODUÇÃO

Na última década a historiografia da Educação tem-se aberto a novos olhares, removendo "verdades" e ideias tidas como inquestionáveis do ponto de vista historiográfico e aderindo a novos modelos teórico-metodológicos, inclusive utilizando instrumentos de análise advindos de outros campos do saber. Na Paraíba, mais especificamente nos últimos anos, vêm sendo desenvolvidas inúmeras pesquisas e publicações sobre o campo de História da Educação, principalmente referentes ao século XIX.

Muitos desses trabalhos foram e continuam sendo desenvolvidos no âmbito do *Grupo de Pesquisa em História da Educação no Nordeste Oitocentista – GHENO*, vinculado aos Programas de Pós-Graduação em História e em Educação da UFPB e que, ao longo da última década, tem se dedicado à pesquisa documental, fazendo levantamento de fontes primárias em arquivos da Paraíba a fim de desenvolver investigações históricas referentes ao campo da Instrução no Oitocentos. Ao longo desses anos o GHENO vem propiciando o desenvolvimento de projetos de iniciação científica, monografias de conclusão dos cursos de História e de Pedagogia, dissertações de mestrado em História e em Educação, teses de doutorado em Educação, bem como publicação de capítulos em coletâneas, artigos em periódicos científicos e livros autorais, além de organizar e participar de eventos.

Este trabalho desenvolveu-se inicialmente como pesquisador bolsista no PIBIC[1], com os Planos de Trabalhos "Pedro Américo como estudante: os primeiros anos na Paraíba" (agosto de 2012 a julho de 2014) e "O Museu Regional de Areia e a trajetória de Pedro Américo: descobrindo um acervo" (agosto de 2014 a fevereiro de 2015), ambos vinculados ao projeto "Pedro Américo: de menino do brejo a doutor em Bruxelas (trajetória escolar e formação intelectual de um pintor de História no Brasil)", sob orientação da Profª Dra. Carla Mary S. Oliveira, em que buscamos compreender os primeiros anos de estudante do referido pintor ainda

[1] O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) tem o objetivo de incentivar alunos de graduação a pesquisa por meio de concessão de bolsas.

na Vila de Areia – PB. Buscamos, ao longo da pesquisa, situar o contexto instrucional, bem como sociopolítico da época (1843-1854). Neste processo, tivemos acesso a diversas fontes documentais, dentre as quais se destacaram os Relatórios dos presidentes de província[2], a Coleção de Leis e Regulamentos da Instrução na Paraíba[3], além de documentos referentes à Instrução na Paraíba no Oitocentos, transcritos pela equipe de pesquisadores do GHENO e que se encontram no acervo do Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte[4], bem como documentos encontrados no acervo do Museu Regional de Areia[5].

Nosso trabalho tenta traçar um panorama da instrução na Província da Parahyba do Norte, bem como indicar a trajetória inicial do célebre pintor, Pedro Américo de Figueiredo e Mello[6], nos anos em que ainda residiu na Parahyba.

[2] Disponíveis na web, na URL <http://www-apps.crl.edu/brazil?l1=4&l2=18&l3=33>.
[3] Documentos publicados pelo INEP, em obra organizada por PINHEIRO & CURY (2004).
[4] Estes documentos estão em fase de publicação.
[5] Estes documentos antes pertenciam ao pároco da cidade, hoje em poder da Prefeitura de Areia.
[6] ★ Brejo de Areia, Província da Paraíba, 29 abr. 1843; ✞ Florença, Itália, 7 out. 1905.

2. INSTRUÇÃO PÚBLICA PRIMÁRIA NA PARAHYBA

Desde o início do século XIX até os anos de ocaso do Império há uma grande quantidade de solicitações, pedidos e críticas à Instrução pública por todo o Brasil. Na Parahyba do Norte não foi diferente: diante da documentação percebemos que a Instrução funcionava de forma precária e incipiente, principalmente no que se refere às condições dos espaços onde eram ministradas as aulas, muitas vezes nas próprias residências dos professores que, além de serem remunerados com um ordenado baixo, recebiam parcos recursos para o aluguel do espaço destinado às aulas de primeiras letras, espaço esse que estava quase sempre aquém das necessidades.

Dentro da concepção de buscar a cultura material daquela realidade, registramos que também havia solicitação de "utensílios", com uma grande quantidade de solicitações referentes à compra de materiais e outros itens para uso nas aulas, tais como bancos para uso dos estudantes e do professor, livros, palmatórias, lápis, cadernos, lousas e tantos outros objetos prosaicos. Num desses pedidos podemos atestar este sofrível estado de coisas:

> O dever que nos impõem as leis de vigiarmos sobre os interesses do povo que estão a nosso cuidado, nos obriga a irmos oficialmente a V. Exc. Notificar-lhes a necessidade nesta Villa e seu termo de uma cadeira de primeiras letras para a instrução dos meninos que a falta dela gemem _____ debaixo da ignorância em que hoje se tem conservado esta Villa, sendo da Província uma das mais bem povoadas e de maior [povoação e poder] nome, e muito mais digo muito digna de atenção de V. Exc. Sobre objeto de tamanha ponderação. [...] Deus guarde V. Exc. Villa do Pilar e veriação de 11 de novembro de 1821 e eu o Juiz Jacinto Moniz de Souza Escrivão da comarca o escrevi [...]. (PARAHYBA DO NORTE (Província). Documentos..., (1821), 2013, paginação irregular)[7]

Em 1827 houve um primeiro conjunto de leis gerais do Império que buscou "normatizar" a Instrução. Essa legislação dispunha quanto à "ordem" de criar

[7] Os documentos diversos sobre a instrução na Paraíba oitocentista fazem parte da documentação levantada pelos pesquisadores do GHENO no Acervo do Arquivo Waldemar Bispo Duarte, localizado no Espaço Cultural José Lins do Rêgo, em João Pessoa.

escolas de primeiras letras em todas as "cidades, vilas e lugares mais populosos do Império" em que fossem necessárias. Esta lei definia que os presidentes de província, conjuntamente com as câmaras deveriam definir o "número, local das escolas" e até a extinção das já existentes, caso atendessem a um lugar "pouco populoso". Além disso, a lei taxava os "ordenados dos professores" regulando-os de 200$000 a 500$000 anuais[8], "com atenção às circunstâncias da população e carestia dos lugares, e o farão presente a Assembléia Geral para a aprovação"[9].

Diante de documentos oficiais o historiador deve sempre se questionar e colocar seus achados em contraposição com outras fontes, pois qualquer tipo de documento carrega consigo intenções e interesses velados. Sabemos que os investimentos na Instrução, no Brasil imperial, sofriam diante de problemas nacionais em relação a conflitos sociais e a uma certa estagnação de algumas regiões e províncias, no que se refere ao aspecto econômico. Na Província da Parahyba do Norte essa documentação oficial traz à luz um contexto escolar permeado por constantes reclamações, pois a província sofria com a baixa arrecadação de impostos, que segundo estudos indica que era "ínfima" (CURY & SILVA, 2010, p. 100)

Nesta legislação encontramos também a indicação do método de ensino "mútuo"[10], além de destacar o papel do professor, quais são os "critérios" destes. Entre outros pontos, a lei destaca que o professor deve ser um "transmissor" da moral e dos bons costumes, dentre eles a religião, no Art. 65 da lei menciona: "Os

---

[8] A unidade monetária brasileira no Império era o mil réis. As quantias eram grafadas desta forma, com o cifrão separando o milhar da centena. Um milhão de réis equivalia a um conto, grafado da seguinte maneira: 1:000$000. Em termos de poder de compra, em meados do século XIX, Rs 2$500 equivaliam a 1/8 de onça de ouro de 22K. Informação disponível em: <http://www.ocaixa.com.br/passos/passos2.htm>. Acesso em: 23 fev. 2015.

[9] Lei de 15 de outubro de 1827. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/>. Acesso em: 08 jan. 2015.

[10] "Os alunos de toda uma escola se dividem em grupos que ficam sob a direção imediata dos alunos mais adiantados, os quais instruem a seus colegas na leitura, escrita, cálculo e catecismo, do mesmo modo como foram ensinados pelo mestre horas antes. Estes alunos auxiliares se denominam monitores. Além dos monitores há na classe outro funcionário importante: o inspetor, que se encarrega de vigiar os monitores, de entregar a estes e deles recolher os utensílios de ensino, e de apontar ao professor os que devem ser premiados ou corrigidos. Um severo sistema de castigos e prêmios mantém a disciplina entre os alunos. O mestre se assemelha a um chefe de fábrica que tudo vigia e que intervém nos casos difíceis. Não dá lições senão a monitores e aos jovens que desejem converter-se em professores" (RIBEIRO, 2000, p. 46).

bons professores convidarão os seus alunos a virem domingos toma-lo para virem debaixo de sua direção à missa".

Um aspecto importante refere-se ao ideário instrucional que era anunciado por intelectuais, gestores públicos e professores que, via de regra, assentava-se numa concepção europeia, mais precisamente francesa, forjada a partir do movimento iluminista que fora empreendido a partir de meados dos setecentos (PINHEIRO, 2002, p.20-21).

No período estudado também encontramos vários discursos dos gestores, nos quais estes se referem à importância da Instrução de primeiras letras, tendo em vista o "progresso", e a "civilidade" da população. Vemos isso, por exemplo, na seguinte fala de Quaresma Torreão:

> Mas; Senhores, se vós não são occultos estes precedentes, também não duvidaes, que só o progresso da civilização pôde despertar no coração dos pais de familia o interesse de darem a seus filhos huã educação iluminada e desenvolver n'estes o dezejo de aperfeiçoarem o seu entendimento [...]. (PARAHYBA DO NORTE, Discurso..., 1837, p. 10-11)

Esse tipo de discurso, frequente na documentação, nos mostra como era vista a Instrução, e qual era o papel a ser desempenhado pela mesma, como destaca Araújo:

> No trato da instrução pública, observamos duas posições entre os gestores públicos. De um lado, estavam aqueles que afirmavam o aumento quantitativo de escolas primárias. Do outro, os que denunciavam o quadro educacional instalado em toda a Província, caracterizando-o como um verdadeiro estado de calamidade, descontinuidade e de desorganização em todos os seus aspectos. (ARAÚJO, 2014, p. 177)

A necessidade de "instruir" o povo, no entanto, esbarrava justamente na sempre citada falta de indivíduos preparados para assumir as funções administrativas do próprio poder público e também para atuar como regentes nas aulas avulsas de primeiras letras. Para os referidos representantes do povo bastava que pagassem um "ordenado suficiente" para convencer "um homem bom" que se empregasse "com toda a força no exercício de ensinar de bom grado os meninos". Percebemos nos documentos a crítica referente aos locais onde funcionavam essas

aulas de primeiras letras, muitas vezes nas casas dos próprios professores, justamente por falta de recursos para se alugar um local adequado, além da falta de prédios "públicos" destinados à instrução primária.

Portanto, é possível afirmar que a Instrução Pública na província da Parahyba do Norte, no período estudado, apresentava as seguintes características: funcionamento das aulas de primeiras letras em locais inadequados, como salões de casas grandes, galpões ou casas alugadas; baixa remuneração do professorado; falta de docentes qualificados. Além de boa parte das solicitações conterem pedidos referentes a provimentos de materiais para o desenvolvimento das aulas, como compêndios, carteiras, lousas e outros apetrechos.

É possível ver por exemplo, no discurso de 1854 do Diretor da Instrução Pública, a situação precária em que se encontrava o ensino em terras paraibanas:

> A instrucção pública particularmente primária, existia nesta Província em hum perfeito estado d'abandono; as escolas de primeiras lettras regidas em grande parte por Professores ineptos, alguns até de péssimo comportamento moral achavão-se dispersos pelas Villas e Povoações [...] não havia regularidade no ensino, uniformidade nos compendios, nem a mais ligeira apparencia d'huma organisação que animasse e vivificasse a instrução pública centralisando-a, subordinando todas as suas partes e impelindo-a efficazmente para o grande fim de formar o espirito e o coração da mocidade derramando as luzes de que quaze tanto como do alimento, carece a população especialmente do interior da Provincia. (PARAHYBA DO NORTE, Relatório 1854, p. 41-42)

Contudo, segundo este gestor, o que causava mais dano à situação da instrução pública era a falta de uma normatização do ensino, principalmente no que se refere à falta de capacitação dos professores. Pregava-se a importância de unificar o ensino com o intuito de modernizar e organizar a instrução na província e, dentre as mais variadas questões, a localidade geográfica definia a manutenção ou a exclusão de cadeiras avulsas, tendo em vista principalmente as necessidades das elites, já que o ensino não alcançava todas as camadas da sociedade, especialmente aquelas menos favorecidas.

É possível observar, ainda a partir da documentação, que a instrução tinha o intuito de gerar uma "civilidade, identidade nacional, bem como disciplinar" os alunos para alcançarem o "mundo do trabalho", embora haja reclamações por parte

dos docentes, que frequentemente se sentiam desestimulados com a baixa remuneração que recebiam, aliada à alta cobrança quanto a seu desempenho à frente da sala de aula. Encontramos o seguinte discurso referente à necessidade de investimento e aumento dos ordenados dos professores: "Melhorar a situação dos Professores do ensino primario, cujos mesquinhos ordenados, são embaraço que os inibe de desempenhar como convem os seus direitos: [...]" (PARAHYBA DO NORTE, Exposição, 1854, p. 06). Outro problema que se pode observar é que havia o que era considerado como "falta de interesse" da maior parte da população, perante a dificuldade e transtorno que representava, para as famílias, manter crianças e jovens estudando, ao invés de ajudar no sustento e na labuta diária, pois além de se perder o braço daquele que ia estudar, ainda havia gastos com a vestimenta e o material necessário para uso individual, sempre a cargo dos alunos e de suas famílias. Foram poucos os povoados que conseguiram manter ininterruptamente as aulas, por isso a única "solução" seria a manutenção e o envio de suas crianças e jovens a outras localidades, e isso se tornava um fator muitas vezes intransponível, um grande empecilho para o acesso à instrução (PINHEIRO, 2002, p.29).

Além do baixo ordenado, outra questão que podemos destacar referente aos professores é o despreparo, além da falta de acesso a cultura dita erudita. No Brasil emancipado do século XIX as preocupações e investimentos direcionados à instrução eram extremamente incipientes. Isso ocorria devido à urgência em solucionar problemas de ordem maior em todo o país. Somente diante da contenção emergencial dessa situação, é que os olhares dos governantes passaram a ver a instrução como canal/ forma de auxiliar o projeto de construção de um Estado Nacional.

A partir de 1834, segundo o Ato Adicional de 12 de agosto, as províncias passam a responsabilizar-se pelo ensino "primário" e "secundário", fato que dificultou as condições de funcionamento da instrução nas províncias, embora tenham ocorrido, na Parahyba do Norte, iniciativas de criar e fomentar a instrução, como a Lei nº 116, de 19 de maio de 1835:

> Art. 1º - Ficam criadas aulas de primeiras letras nas povoações de São José, da vila Nova de Souza, Catolé do Rocha, da de Pombal, Misericórdia, da de Piancó, Santa Luzia, da de Patos, Congo, da

> de S. João e de Boa Vista, da de Campina Grande e de Latim nas vilas Nova de Souza, Pombal, Brejo de Areia, Campina Grande, Mamanguape e Pilar. Os professores daquelas terão ordenado anual de 300$000 e os destas o de 400$000 e mais uma gratificação de 100$000 se ensinarem francês. (PINHEIRO & CURY, 2004, p. 15)

Mesmo assim, sempre aparecem, na documentação, indicadores da dificuldade e do atraso da instrução pública na Parahyba do Norte:

> Passarei a fallar-vos da instrucção elementar da Província, sôbre que já tendes aprezentado medidas Legislativas que todavia não são sufficientes para animar este importantíssimo ramo, cujo atrazo ainda carece de vosso esclarecimento zelo [...] marchão com hum pé tardio, e irregular. (PARAHYBA DO NORTE, 1837, p. 10-11)

É nesse contexto político social que os docentes da época procuraram melhor enquadrar-se a fim de atingir os interesses do Estado Imperial, disciplinando, civilizando, gerando identidade nacional e, principalmente, formando seus alunos para o mundo do trabalho. A pesquisa aponta que esses não foram nem os únicos nem os piores obstáculos enfrentados na construção da carreira profissional dos lentes do século XIX, mas foram os que serviram de impulso e de efetivação de um cotidiano árduo e desvalorizado.

3. AREIA: OS PRIMEIROS ANOS

Pedro Américo, nascido em Areia em abril de 1843, era filho de Daniel Eduardo Figueiredo, pequeno comerciante que gostava de tocar violino, casado com Feliciana Cirne de Figueiredo.

Percebemos que Américo era membro de uma família que demonstrava inclinação para as artes, especialmente quando observamos que o avô paterno de Pedro Américo, Manuel de Cristo Grandeiro de Melo, era tido como um dos grandes compositores de músicas sacras do Norte do Brasil, além de ser tido como organizador da primeira banda de música de Areia, que conquistou a reputação de ser a melhor da Paraíba, quiçá do Nordeste, requestada pelas freguesias do Estado, Pernambuco e Rio Grande do Norte para as grandes solenidades religiosas, em 1847, composta e mantida pelo Corpo da Guarda Nacional. Seu filho (tio de Pedro Américo) Tristão Grandeiro de Almeida e Melo formou uma sociedade, a Fênix Musical. Mais tarde, observamos que o irmão mais novo de Américo, Aurélio de Figueiredo, também pintor, foi enviado para o Rio de Janeiro, onde seguiu os passos do irmão, segundo seu biógrafo Oliveira (1943).

Além de questões familiares, percebemos que Américo tem fortes influências de um professor de Areia, um intelectual, escritor, professor de Latim e Francês, autodidata, Joaquim Silva, que publicou seu *Manual do estudante de Latim*, compêndio que o próprio professor criou a partir do material distribuído entre seus alunos nas aulas (GAUDÊNCIO, 2007, p. 83). Segundo Gaudêncio, o latinista Joaquim Silva, de forma particular, se destacará como promotor de cultura no cenário em que o jovem Pedro Américo estava inserido, pois o mestre se envolvia diretamente na formação dos alunos, por meio de suas aulas de latim, bem como nas pequenas peças teatrais que Silva montava, incentivando seus alunos a participar da atividade. Ainda segundo Gaudêncio, encontramos relatos de que Joaquim Silva foi responsável pela criação de uma biblioteca cujo acesso franqueava aos próprios estudantes, bem como a toda comunidade local (GAUDÊNCIO, 2007, p. 203). Muito importante frisar a importância desse professor e latinista em Areia, tendo em vista seu papel como formador:

> O papel de Joaquim Silva, nesse contesto, talvez tenha sido de semeador que, silenciosamente, via suas plantas crescerem e darem bons frutos. Um mestre que formou outros mestres e que reproduziram, em outros espíritos, o próprio espírito do velho mestre-escola. A quem Areia deveu a construção de importantes obras, não pelos aspectos materiais, mas, sobretudo, pelo seu significado cultural. (GAUDÊNCIO, 2007, p. 197)

O autor se refere à grande quantidade de filhos de Areia que chegaram ao ensino superior, matriculando-se em diversas faculdades brasileiras, especialmente a faculdade de Direito do Recife e São Paulo. Destes, o pupilo a chegar mais longe certamente foi Pedro Américo, que recebeu o título de doutor pela Universidade de Bruxelas em 22 de julho de 1868, com apenas 25 anos de idade.

Segundo seus biógrafos[11], Pedro Américo desde sempre apresentava inclinações artísticas, tendo em vista que seus primeiros desenhos, segundo relatos, foram pintados nas paredes do pequeno comércio de seu pai, e que desde cedo chamavam atenção dos frequentadores.

Em 1850 chega à cidade de Areia um frade capuchinho, Frei Serafim, pregador fanático que era considerado um santo pela população devota. Pedro Américo, observando o religioso, fez, ainda meninote, um retrato que logo teve destaque, e o garoto precisou reproduzi-lo várias vezes para atender uma freguesia cujo ardor religioso encheu seus bolsos com alguns trocados, iniciando um processo precoce de profissionalização que o tornou conhecido nos arredores, tendo em vista que "[...] Toda a cidade o admirava e aos nove anos ele era um importante cidadão da comunidade" (ZACCARA, 2011, p. 36).

Destacamos que não é gratuita a imagem que vai se construir em torno de Pedro Américo ao longo do Império, a de "protegido do imperador". Após a expedição de Brunet, que Américo acompanhou como desenhista por dois anos (1852-1854), o jovem artista foi enviado para o Rio de Janeiro, através do presidente da Paraíba do Norte, ao Visconde do Bom Retiro, então Ministro do Império, acompanhado de correspondência em que o governante da Parahyba

[11] OLIVEIRA (1898), ALMEIDA (1982), e ZACCARA (2011).

recomendava a aceitação de Pedro Américo para terminar seus estudos no Rio de Janeiro[12], no prestigiado Colégio Pedro II[13], onde teria melhores condições de desenvolver suas habilidades. Assim, chegando ao Rio de Janeiro, Américo foi matriculado no referido colégio, considerado o melhor da Corte.

Segundo seus principais biógrafos, o jovem pintor pouco tempo depois de sua chegada à cidade já tinha anseio de continuar seus estudos na Academia Imperial de Belas Artes (AIBA). Segundos os mesmos autores, Américo aproveitou uma visita do Imperador D. Pedro II ao colégio que levava seu nome, para conseguir destaque perante o governante, fazendo-o através de um desenho retratando o imperador lendo. Esse fato chamou de tal forma a atenção do imperador que o mesmo se interessou por conhecer o artista que fizera seu desenho. Após isso, Américo passa a receber do tesouro, diretamente do imperador, uma bolsa de estudos no AIBA[14] e de lá, após a conquista de diversos concursos artísticos, é que Pedro Américo consegue notório prestígio perante o monarca.

Percebemos que existem silêncios deste período de formação do pintor e entendemos, diante dos nossos estudos, que é necessário compreender o meio social no qual ele estava inserido, suas influências e contribuições para sua vida e suas obras, perceber como o meio cultural da Corte do Segundo Reinado pode ter influenciado sua própria concepção de História, depois transferida para suas telas, por isso destacamos que é preciso desenvolver outros trabalhos que abordem esse período de vida do pintor paraibano.

[12] Américo recebe da província da Parahyba passagens para ir ao Rio de Janeiro. Ver Anexo.

[13] Colégio fundado em 1837, o qual era imbuído de valores europeus de civilização e progresso, e que ao longo do período imperial vai servir de modelo para outras instituições de instrução secundária no Brasil.

[14] Em 1863, segundo a Lei nº 86 de 3 de novembro, Américo passa a receber uma bolsa anual da Província da Parahyba. Ver Anexo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendemos que o XIX trouxe novas relações políticas e apresentou novos projetos, entre elas a formação do Estado Nacional. Percebemos que desde os primeiros anos da década de vinte do XIX há uma emissão de pedidos por professores para as cadeiras de primeiras letras por parte das vilas e povoações da província, entre elas, alegando é a "instrução" é algo do interesse do povo que deseja instruir os meninos, para que se "tornem hábeis para o emprego público da Província para os anos futuros"[15]. Esses pedidos passam a ser frequentes, inclusive solicitando "concurso" para as vagas de professor. Diante do corpus documental observamos que há indícios de uma educação incipiente e excludente, observando que os pedidos não são feitos para o acesso de todos os meninos à instrução, mas principalmente aos filhos dos membros da elite local, que não desejavam ou não "conseguiriam" manter seus filhos na capital.

E partir disso, observamos o surgimento de variados regulamentos, e variadas legislações, especificamente na Paraíba que davam destaque à instrução, com criação de cargos e regências de classes de aulas avulsas. Além disso, percebemos que o campo de história da educação tem crescido graças a novas abordagens feitas pelos historiadores que, através da nova história cultural, têm privilegiado a cultura material escolar, garantindo o uso de novos métodos e abrindo novas possibilidades de pesquisa, principalmente pelo uso de outras fontes, além de entrar em diálogo com outras áreas de estudo.

A contradição mais "misteriosa" encontrada e percebida durante o estudo é que as autoridades, em muitos momentos, mostram-se interessadas em investir na Instrução, destinando inclusive considerável parte das rendas da província para a mesma (PINHEIRO, 2008).

Podemos observar essa intenção sendo efetivada quando olhamos as folhas de receita e despesas da província da Parahyba e encontramos a instrução sendo umas das maiores beneficiadas junto no orçamento provincial. Há épocas em que o

[15] Documento manuscrito, Caixa 005 – 1820/1822, Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte.

investimento com a instrução só é menor do que aqueles destinados à polícia e às obras públicas. Se assim ocorria, onde realmente encontravam-se essas verbas, já que definitivamente não alcançam as vias de fato? Podemos, a partir dessa triste observação, especular acerca do provável: de que ocorria, já àquela época, desvio de verbas educacionais. Ou se pode também ser menos negativos e acreditar que o que acontecia na realidade era ou a má destruição desse investimento privilegiando algumas povoações em detrimento de outras ou ainda a insuficiência de investimentos para a quantidade de necessidades da Instrução naquele momento de regulamentação inicial da mesma.

Desta forma, conseguimos compreender um pouco o espaço em que Pedro Américo estava inserido, e como de fato era efetivada a instrução na província.

Perante nossas fontes, há um forte papel da instrução e da formação de Pedro Américo que vai dar destaque posteriormente a suas obras. Portanto, entendemos que é de fundamental importância um estudo que busque analisar e problematizar a trajetória deste pintor tão destacado do Império, tendo em vista que existem silêncios deste período de formação do pintor. Entendemos, diante dos nossos estudos, que é necessário compreender o meio social ao qual ele estava inserido, suas influências e contribuições para sua vida e suas obras, perceber como o meio cultural da Corte do Segundo Reinado pode ter influenciado sua própria concepção de História, depois transferida para suas telas.

5. REFERÊNCIAS

5.1. Fontes documentais

- Relatórios dos Presidentes de Província, disponível em: http://www-apps.crl.edu/brazil?l1=4&l2=18&l3=33
- Documentos do Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte, transcritos pelo GHENO;
- Leis e Regulamentos da instrução da Paraíba no período Imperial;
- Documentos do acervo do Museu Regional de Areia.

5.2. Bibliografia

ALMEIDA, Horácio de. *Pedro Américo:* potente engenho da pintura. João Pessoa: A União, 1943.

_____. *Pedro Américo:* notícias biográficas. João Pessoa: A União, 1982.

BASTOS, Aureliano Cândido de Tavares. *A Província*. Introdução de Antônio José Barbosa. Edição fac-similar. Brasília: Senado Federal, 1996 [1870]. Disponível em: <http://www2.senado.gov.br/>. Acesso em: 22 set. 2013.

BARROSO, José Liberato. *A Instrucção Pública no Brasil*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1867. Disponível em: <http://www2.senado.gov.br/>. Acesso em: 14 jun. 2013.

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos:* um Haussmann tropical. 2ª tiragem. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1992.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados***:** o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. (org.). *Nação e cidadania no Império:* novos horizontes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

COSTA, Jean Carlo de Carvalho; ANANIAS, Mauricéia & ARAÚJO, Rose Mary de Souza (orgs.). *Temas sobre a Instrução no Brasil Imperial* (1822-1889) - volume II [e-Book]. João Pessoa: Marca de Fantasia, 2014.

CURY, Cláudia Engler. "As escolas de primeiras letras e o Lyceu Paraibano: cultura material escolar (1822-1864)". In: PINHEIRO, Antonio Carlos & FERRONATO, Cristiano (orgs.). *Temas sobre a Instrução no Brasil Imperial* (1822-1889). João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2008, p. 85-98.

_____ & SILVA, Michelle de Lima da. "A Instrução nos Jornais, Relatórios e Mensagens dos presidentes de província de Estada na Paraíba". *Anais*. II Encontro de História do Império Brasileiro. CD-ROM. João Pessoa: PPGH-UFPB, 2010, p. 97-101.

_____ & ROCHA, Solange Pereira da (orgs.). *Cultura e sociabilidades no Oitocentos:* possibilidades de pesquisa. João Pessoa: Ed. Universitária/ UFPB, 2011.

DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial:* origens do federalismo no Brasil do século XIX. São Paulo: Globo, 2005.

FERRONATO, Cristiano. *Construindo uma nova ordem:* o debate educacional na Assembléia Constituinte de 1823. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2006.

_____. "Instrução e política na Parahyba do Norte durante o processo de construção da nação brasileira (1823-1840)". In: PINHEIRO, Antonio Carlos & FERRONATO, Cristiano (orgs.). *Temas sobre a Instrução no Brasil Imperial* (1822-1889). João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2008, p. 39-64.

_____. "Fontes e arquivos da história da educação na Parahyba do oitocentos: o Lyceu Paraibano". *Saeculum – Revista de História*, João Pessoa, DH/PPGH/UFPB, n. 22, jan./jun. 2010, p. 25-39.

FLORES, Elio Chaves. "Dos feitos e dos ditos: história e Cultura Histórica". *Sæculum – Revista de História*, João Pessoa, DH/PPGH/UFPB, n. 16, jan./ jun. 2007, p. 83-102.

GAUDÊNCIO, Francisco de Sales. *Joaquim da Silva:* um empresário ilustrado do Império. Bauru: EDUSC, 2007.

GOUVÊA, Maria de Fátima S. *O Império das Províncias:* Rio de Janeiro, 1822-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução de Bernardo Leitão. 4. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

MELLO Jr., Donato. *Pedro Américo de Figueiredo e Mello:* 1843-1905. Rio de Janeiro: Edições Pinakotheke, 1983.

OLIVEIRA, Antônio de Almeida. *O ensino público*. Brasília: Senado Federal, 2003.

OLIVEIRA, J. M. Cardoso de. *Pedro Américo:* sua vida e suas obras. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. "A institucionalização da instrução pública e particular na província da Parahyba do Norte (1821-1840)". In: PINHEIRO, Antonio Carlos & FERRONATO, Cristiano (orgs.). *Temas sobre a Instrução no Brasil Imperial* (1822-1889). João Pessoa: Ed. Universitária/ UFPB, 2008, p. 13-37.

_____. A Instrução Pública e suas práticas ordenadoras na Província da Parahyba do Norte (1840 a 1852).CURY, Claudia Engler; MARIANO, Serioja Rodrigues. Anais I Encontro de História do Império Brasileiro - "Múltiplas Visões: Cultura Histórica no Oitocentos", Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 24 a 27 de novembro de 2008 (p. 128-137). CD-ROM.

_____. *Um roteiro histórico educacional na cidade de João Pessoa* (em texto e imagens). João Pessoa: Ed. Universitária/ UFPB, 2008.

_____; CURY, Cláudia Engler & ANANIAS, Mauricéia. "As primeiras letras e a instrução secundária na província da Parahyba do Norte: ordenamentos e a construção da nação – 1836-1884". *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n. 37, mar. 2010, p. 238-252.

_____ & CURY, Cláudia Engler (orgs.). *Leis e regulamentos da Instrução da Paraíba no período imperial*. Brasília: SBHE/ INEP/ MEC, 2004.

TEIXEIRA, Mariana Marques. *Um olhar sobre a configuração da profissão docente na Parahyba Oitocentista*. Monografia (Licenciatura Plena em História). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2009.

ZACCARA, Madalena. *Pedro Américo:* um artista brasileiro no século XIX. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2011.

6. ANEXOS

Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo excellentissimo presidente da Provincia, o Dr. João Capistrano Bandeira de Mello, na abertura da sessão ordinaria em 5 de Maio de 1854. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1854.

SENHORES MEMBROS DA ASSEMBLÉA LEGISLATIVA PROVINCIAL

[...]

INSTRUCÇÃO PUBLICA.

O Regulamento de 11 de Março de 1852, organisou a Instrucção Publica primaria e superior da Provincia. Ele não tem ainda a sancção da experiencia. È preciso pois espera-la para julga-lo. Antes d´isto fôra imprudencia alterar os principios que servirão de baze as suas disposições. A instituição dos Commissários nos diversos municipios é sem duvida vantajoso contra a relaxação e abandono das funcções do magisterio. O Director nas atribuições que lhe foram conferidas tem os meios de desempenhar convenientemente o fim de sua commissão. O principio da suspensão dos Professores como pena correcional está razoavelmente desenvolvido. A perpetuidade do magisterio foi consagrada. Algum administrador tem adquirido na pratica dos negocios a convicção de que este principio encontra ao interese publico, tornando menos solicitos os Professores, úma vez encartados, os quaes percebendo os respectivos ordenados, descançam, nas difficuldades de um processo para a destituição. Certo, esse principio seria prejudical, se dominasse absolutamente, mas estatutos o modificam de modo conveniente admittindo a destituição administrativa em certos e determinados casos. Assim o considero preferivel ao arbitrio n´esta materia, arbitrio que apenas se poderá justificar, como qualquer outro, pela presumpção de que a autoridade superior raras vezes abusará. Sendo tão diminutos os ordenados do Professores, não sendo fácil retribui-los, como fôra de justiça, a estabelidade foi a moeda, sem duvida que se descobrio para compensar com certa equidade a insufficiencia da paga effectiva em numerario. Com a vitaliciedade, ainda assim, é difficil encontrar homens sufficientemente habilitados; sem ella, parece que o magisterio seria o ultimo recurso da incapacidade.

É reconhecido que os vencimentos dos Professores não estão em relação com trabalho a que são obrigados, nem com as condições a que devem satisfazer. Esta desproporção é uma necessidade a que o legislador se submette. Não é possivel que os serviços que exigem um grande pessoal, embora mais pesados, obtenhão a retribuição devida. Neste caso está a milicia, esta o professorato. A razão é clara; não haveria dinheiro que bastasse. D'ahi vem a conveniencia de não augmentar facilmente o numero de qualquer ordem de funccionarios, porque não podendo elles então ser bem pagos, não se encontrarão para os cargos publicos pessoas de merito; estas não servem por baixo preço, porque o merito se aplica a mais de um emprego.

No corrente anno foram providas as Cadeiras de Campina Grande, e da Villa de Patos.

Achando-se vagas as Cadeira de 1.as lettras para o sexo feminino das Villas de Pombal e Souza dei em virtude da Lei de 15 de Outubro de 1853 as providencias necessarias para que ante a Camara Municipal da Villa de Souza tivesse lugar o exame das pessoas que morando na 3.ª Comarca pretendessem as referidas Cadeiras.

O Director, em virtude de requisições feitas pelos Commissarios, representou-me sobre a necessidade de prover de utensilios algumas escolas, eu autorisei-o para essa despeza de conformidade com o artigo 95 dos Estatutos. Essas escolas foram as de Bananeiras, Ingá, Lucena e Cabedello. Do mappa annexo ao relatorio do mesmo Director vereis as outras que tem tido quotas para isso de 1852 para cá.

Representaram-me os moradores da Povoação de Cajazeiras do Municipio de Souza, sobre a necessidade que tinha aquellas Povoação d´uma escola de instrucção primaria. O Commissario respectivo informou a respeito, e o Director da Intrucção Publica conformando-se com o voto d'aquelle, opinou pela creação da Cadeira requerida. Eu effectivamente a creei em virtude da faculdade concedida á Presidencia pelos Estatutos.

Não será n'este lugar fóra de proposito communicar-vos que n'essa Povoação existe um collegio de Instrucção superior dirigido pelo Reverendo Padre Ignácio de Souza Rollim, e segundo a informação do Commissario são vantajozas as circumstancias d'aquelle lugar onde cruzam differentes estradas, e existe um excellente açude construido pelo dito Padre Mestre. Ha no mesmo lugar uma Capella de proporções para um Matriz, um Cemiterio decente e murado, em cujo recinto existe outa Capella. A sua população e industria estão em proporção com o progresso que fica referido. Estas circumstancias dera a essa Povoação o direito de obter com preferencia a escola mencionada.

A Camara Municipal da Villa de Patos sollicita uma escola para a Povoação da Serra do Teixeira. Esta Povoação segundo diz a mesma Camara ja tivera esse beneficio, mas antes de ser a Cadeira provida, foi esta supprimida em 1841, em consequencia dos apuros do cofre provincial. O receio desses apuros, quanto a mim, é o principal motivo que pode impedir o favor que deve merecer semelhante pretenção.

Existem em toda a Provincia em exercicio 36 Cadeiras publicas de 1.as lettras, sendo 31 para o sexo mascolino e 5 para o sexo femenino. Aquellas são fequentadas por 1:166 alumnos, estas por 170 meninas, sendo o total de 1:336. Consta de um mappa annexo ao relatorio do Director, que no anno proximo passado, 338 alumnos frequentaram a differentes aulas particulares que existem na Provincia.

Suppondo que no corrente anno tenham entrado para escolas igual numero, é forçoso reconhecer que, attenta a população da Provincia, a instrucção primaria tem não tido o desenvolvimento dezejavel. É certo que aquelle mappa não contem as escolas particulares da 2.ª Comarca, todavia a observação é exacta; a nossa população do interior pelo genero de vida a que se applica, não considera a instrucção primaria como uma necessidade; não faz por isso em geral o menor sacrificio pra obte-la.

Isso me leva a acreditar que não é a multiplicidade das escolas o que mais faz progredir a instrucção, mas certo estado da sociedade em que as diversas proffissões, que constituem a vida e movimento industrial exigem, como um preparatorio, essa habilitação preliminar, para que possam prosperar, habilitação que ao mesmo tempo dá áquelles que o possuem uma superiodade de vantagens, que fazem reconhecer a todos praticamente a utilidade da instrucção.

O Director attribue o estado menos vantajoso da Instrucção primaria aos antigos Professores que foram admittidos sem as precisas habilitações, e entende que seria conveniente chama-los a novo concurso, depois de augmentado os ordenados, sendo jubilidados aquelles que não fossem aproveitados. Elle não desconhece os sacrificios pecuniarios que essa providencia exige, mas no seu zelo pela instrucção publica não recúa diante d'elles. A vos porem fica salvo o direito de não acompanha-lo, porque tendes de attender a muitas necessidades.

O Lyceo marcha de uma maneira regular. Os Professores tem a conveniente assiduidade e aptidão para bem exercer o magisterio. Matricularam-se este anno nas respectivas aulas 102 estudantes.

O curso regular dos estudos estabelecido pelos estatutos para que se possa obter diploma conferido pelo Lyceo não tem atrahido pretendentes. Os estudantes seguem nas matriculas a ordem que cada julga mais conveniente ao fim a que se propõe. Em verdade a submissão por seis annos a uma regularidade que pode contrariar ás conveniencias individuaes, não pode ser acceita se não em vistas de uma compensação que o título conferido pelo Lyceo não offerece. Esta compensação poderia ser a admissão em nossas academias dos alumnos que o tivessem, assim como é permittidio aos Baxareis do Collegio Pedro Segundo. Este favor porem depende da Assembléa Geral, e o Lyceo da Bahia não pôde obte-lo. O Colegio Pedro Segundo é uma insttituição nacional dirigida pelo mesmo espírito que anima as academias, é a mesma superintendencia de ambos os estabelecimentos. Isto explica o favor de que goza. Os Lyceos Provinciaes porem tem cada um a sua norma, uma direcção individual. No meio das familias os estudantes contam com protecções valiozas; suas approvações seriam suspeitas dessa intervenção, ao contrario porem examinados fóra desse circulo, e em outro lugar onde não lhes é tão fácil a immediata protecção dos parentes, tem maior empenho em seus estudos para que possam ser bem succedidos nos exames que tem de habilita-los para os estudos superiores.

Estas considerações me impedem de suscitar-vos a pretensão da providencia em questão. Ella prejudicaria ao aproveitamento real dos alumnos, e desmoralisaria o proprio Lyceo.

Folgo de aqui comunicar-vos que tendo o Governo Imperial noticia de que o menor Pedro Américo de Figueiredo de Mello natural da Cidade d´Areia, tem extraordinaria aptidão para a pintura, determinou por Aviso de 20 de Fevereiro proximo findo que elle tivesse passagem para a Côrte, a fim de fazer ali a sua educação artistica na Academia de Bellas Artes.

Eu officiei ao Juiz de Direito n'aquella Cidade que se entendesse com o pae do respectivo menor sobre esse objeto. Espero que a generoza protecção do Governo se verificará logo que aquelle menor se recolha á casa paterna, da excursão que faz pelo centro da Provincia em companhia da naturalista Brunet.

[...]

Cidade da Parahyba do Norte em 5 de Maio de 1854.

João Capistrano Bandeira de Mello

Lei nº 86 – de 3 de novembro de 1863

Concede a Pedro Américo de Figueiredo a subvenção anual de 1:000$000 rs, por espaço de três anos para concluir os seus estudos de Belas Artes na Europa.